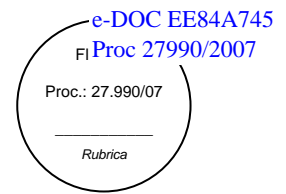




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL



Processo nº: 27.990/2007 (5 volumes).

Apenso nº: 010.001.527/2006 (1 volume).

Jurisdicionado: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor: R\$ 110.335,22 (atualizado em 29/02/2016, fl. 903).

Ementa:

- Tomada de Contas Especial instaurada para apuração de irregularidades na concessão, percepção e pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Decisão n.º 317/2014, fl. 636. Citação do militar **Arnaldo Botelho Barbosa** para apresentação de alegações de defesa ou recolhimento do débito, ante a possibilidade de julgamento irregular das contas e de aplicação da penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 1/1994;
- Oferecimento de alegações de defesa pelo militar beneficiado, fls. 644/658 e anexos de fls. 659/753;
- Decisão n.º 2.214/2015, fl. 783. Acórdãos n.º 269/2015 e n.º 270/2015, fls. 784/785. Contas julgadas irregulares. Imputação de débito ao responsável. Aplicação de penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Notificação;
- Oposição de Embargos de Declaração, fls. 789/794. Decisão n.º 3.817/2015, fl. 799. Rejeição.
- Interposição de Recurso de Reconsideração, fls. 804/819. Decisão n.º 5.697/2015, fl. 900. Recurso conhecido com efeito suspensivo. Ciência da deliberação ao recorrente e ao seu representante legal. Devolução à Secretaria de Contas para análise do mérito;
- A Secretaria de Contas, ao analisar o feito, fls. 904/915, sugere a esta Corte que: 1) mantenha íntegros os termos da Decisão n.º 2.214/2015, fl. 783, e dos Acórdãos n.º 269/2015 e n.º 270/2015, fls. 784/785; 2) notifique o recorrente acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito;
- O Ministério Público de Contas do TCDF concorda com a Unidade Técnica, fls. 916/927;
- **VOTO** convergente.



RELATÓRIO

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar a existência de irregularidade na percepção de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, neste caso, do militar **Arnaldo Botelho Barbosa**.

2. Na Sessão Ordinária nº 4.780 do dia 02/06/2015, o tribunal lavrou a Decisão nº 2.214/2015 (fl. 783) com o seguinte teor:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da defesa apresentada pelo Cel. QOBM RRM ARNALDO BOTELHO BARBOSA, beneficiário do pagamento indevido (fls. 644/658 e anexos de fls. 659/753) para, no mérito, considerá-la improcedente; II – julgar, nos termos do art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c” da Lei Complementar nº 01/94, irregulares as contas especiais em exame; III – notificar o Cel. QOBM RRM ARNALDO BOTELHO BARBOSA (beneficiário do pagamento indevido) a recolher aos cofres do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, o valor de R\$ 96.288,14 (valor em 2.3.2015), que deverá ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, nos termos da ER nº 13/03; IV – autorizar, desde logo, caso não atendida a notificação do inciso anterior a adoção das providências descritas no art. 29 da Lei Complementar nº 01/94; V – aplicar ao Cel. QOBM RRM ARNALDO BOTELHO BARBOSA (beneficiário do pagamento indevido) a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos; VI – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; VII – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.”

3. Sustentando haver omissão e obscuridade nos termos dos Acórdãos nº 269/2015 e nº 270/2015, fls. 784 e 785, ao alegar que não foi esclarecida nem abordada matéria de direito suscitada em sua defesa, o beneficiário **Arnaldo Botelho Barbosa** opôs Embargos de Declaração, fls. 789/794, tendo o recurso sido conhecido e não provido, consoante os termos da Decisão nº 3.817/2015, fl. 799.

4. Inconformado com a responsabilidade lhe imputada nos autos, o beneficiário **Arnaldo Botelho Barbosa** interpôs Recurso de Reconsideração, fls. 804/819, que fora conhecido por meio da Decisão nº 5.697/2015, fl. 900.



MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

5. Ao analisar o recurso manejado, a Unidade Técnica sugere ao Plenário o não provimento, pugnano pela manutenção, na íntegra, dos termos da Decisão nº 2.214/2015, fl. 783, e dos Acórdãos nº 269/2015 e nº 270/2015, fls. 784/785, consoante o exarado na informação nº 35/2016 – SECONT/1ªDICONT, fls. 904/915, da qual destaco o trecho a seguir:

“(...)

Argumento:

6. Inicialmente, afirma ter adquirido o direito e cumprido todos os requisitos e exigências solicitadas à época para a obtenção da indenização de transporte para a mudança de domicílio. (fl. 805).

Análise:

7. Diferentemente do afirmado, o beneficiário não apresentou documentos que comprovassem a fixação de residência, conforme exigido pelas normas e legislação vigentes. Os documentos acostados ao processo de concessão foram considerados frágeis, não dando suporte à comprovação de sua efetiva mudança.

8. A Portaria nº 023/1995, em vigor à época da concessão, exigia, por parte do beneficiário, a comprovação de domicílio em até 90 (noventa) dias e, ainda, estabelecia que o mesmo estaria sujeito à fiscalização da Corporação pelo **prazo de 1 (um) ano**, sob pena de medidas administrativas, disciplinares e judiciais. Todavia, o beneficiário não comprovou a situação exigida. Assim, improvido o argumento apresentado.

Argumento:

9. Alega ter ocorrido a **prescrição**, uma vez que o disposto no art. 37, § 5º, da CF/1988 somente ocorre quando a ação de danos ao erário advir de conduta criminosa apurada no campo penal e, neste caso, a conduta do recorrente seria de mera obrigação de fazer. (fls. 805/806).

Análise:

10. Cabe destacar a independência das instâncias civil, penal e administrativa. A questão aqui debatida diz respeito ao ressarcimento ao erário, sem adentrar na seara da improbidade administrativa ou do delito penal. No caso de outros delitos (improbidade administrativa ou crime penal militar), a alçada para apurar essas faltas seria do MPDFT, nada impedindo que o TCDF, dentro de suas competências, buscasse o ressarcimento ao erário.

11. Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a imprescritibilidade das ações de ressarcimento sem delimitar se sua incidência se daria em ações de improbidade ou não, ou seja, aplica-se a qualquer ação de ressarcimento:

STF

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

e-DOC EE84A745

Fl Proc 27990/2007

Proc.: 27.990/07

Rubrica

repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF).

2.O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 10.10.08, fixou entendimento no sentido da imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao erário.

3.In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "AGRAVO. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. Matéria possível de ser julgada por meio de decisão monocrática, na forma do art. 557 do Código de Processo Civil, haja vista a manifesta improcedência da pretensão recursal. 2. A pretensão ressarcitória é imprescritível, nos termos do que dispõe o art. 37, §5º, da constituição federal. Precedentes dos tribunais. RECURSO DESPROVIDO.'

4.Agravo regimental desprovido.

(AI 848482 AgR, Relator(a):Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-035 DIVULG 21-02-2013 PUBLIC 22-02-2013).

12. Assim, não ocorre a prescrição quanto às apurações de prejuízos ao erário e respectivos ressarcimentos.

Argumento:

13. Afirma que a demora excessiva na apuração da TCE impediu-lhe de exercer o contraditório e a ampla defesa, uma vez que o Decreto nº 986/1993 estabelecia que o militar, decorrido 1 (um) ano do recebimento do benefício, estaria desobrigado de apresentar as provas do cumprimento da obrigação. (fl. 806)

Análise:

14. Ao contrário do afirmado, os documentos que comprovariam a mudança de domicílio do militar deveriam ter sido entregues à Corporação para que fossem juntados ao processo de concessão do benefício. Não existia na norma disposição de que a documentação comprobatória deveria ser guardada por apenas 1 (um) ano.

15. Embora o lapso temporal realmente dificulte a apresentação de novos elementos, este não pode ser um argumento hábil a afastar a responsabilidade do recorrente, uma vez que todos os documentos que comprovariam a efetiva mudança dele para a cidade indicada já deveriam ter sido apresentados ao CBMDF, à época, na forma da legislação. Portanto, deve ser considerado improvido o argumento ofertado.

Argumento:

16. Aduz que a Administração do CBMDF tem culpa in vigilando, porquanto, mantendo-se inerte, deixando de cumprir com o dever de fiscalizar no prazo determinado na legislação de regência, concorreu para que o militar não preservasse as provas existentes. (fls. 807/808).

17. Destaca que o fato de o Tribunal ter excluído do polo passivo da ação os Diretores da Divisão de Inativos e Pensionistas e os Comandantes Gerais constitui grave injustiça, com afronta aos princípios da igualdade e isonomia das partes, porque havia culpa concorrente ou solidária, já que estava dentre as atribuições dos gestores a apuração das irregularidades havidas nas concessões (fl. 807/808).

Análise:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

e-DOC EE84A745

Fl Proc 27990/2007

Proc.: 27.990/07

Rubrica

18. O fato de o CBMDF ter se quedado inerte quanto à efetiva fiscalização não garante a regularidade dos atos. Quem deveria ter feito prova inequívoca da sua fixação de residência em outra localidade era o militar beneficiário.

19. Repita-se, ao ter concordado com os termos para o recebimento da indenização de transporte, o militar deveria ter feito prova inequívoca da fixação de domicílio na cidade de destino e não o fez. Assim, improvido o argumento.

20. Quanto à decisão de isentar os gestores, esse posicionamento já se encontra firmado nesta Corte de Contas, consoante entendimento manifestado na Sessão Ordinária n.º 4.649, de 14/11/2013, mediante as Decisões nos 5.666, 5.667 e 5.668/2013, no sentido de que a responsabilidade pelo prejuízo ao erário, no caso em tela, deve ser imputada somente ao beneficiário.

Argumento:

21. Invoca que a TCE foi instaurada para apurar responsabilidades pela concessão e pelo pagamento da indenização de transportes, não cabendo ao recorrente qualquer dessas atribuições, tendo sido apenas recebedor do benefício. Assim, a CTCE teria extrapolado sua competência e finalidade. (fls. 808/809).

Análise:

22. Cabe à Comissão de TCE quantificar o dano e apurar a responsabilidade de todos aqueles que participaram dos atos considerados ilegais e a este Tribunal julgar as contas. Neste caso, a TCE imputou o débito ao militar beneficiário e está Corte acolheu o entendimento daquela Comissão, julgando estas contas irregulares. Assim, não merece guarida o argumento.

Argumento:

23. Alega que na presente TCE não se encontra qualquer elemento de prova idônea, inconcussa ou incontroversa que possa respaldar a imputação que é feita ao ora recorrente, ou seja, as provas não seriam suficientes para imputar a responsabilidade. (fl. 810).

Análise:

24. Ao contrário do que afirma o recorrente, quem deveria ter feito prova de que fazia jus à indenização de transporte era o próprio beneficiário, uma vez que a condição fundamental para o regular recebimento da indenização era a prova inequívoca da fixação de residência na localidade indicada.

Argumento:

25. Afirma que o fato de a CTCE haver constatado que, no período próximo à percepção da indenização de transporte pelo requerente, este tenha se consultado ou submetido a tratamento médico na Policlínica do CBMDF, ou em qualquer clínica ou hospital conveniado, ou mesmo em qualquer hospital da Rede Pública de Saúde do DF, não pode significar, nem ser entendido como não tendo sido cumprida a obrigação de fazer, ou seja, que o militar não tenha efetuado a sua mudança para a cidade que declarou que fixaria residência, pois, é o Distrito Federal o seu domicílio necessário enquanto servidor militar inativo da Corporação. É no Distrito Federal que o militar tem direito ao tratamento e à assistência médica, hospitalar, odontológica e psicológica para si e seus dependentes. É no Distrito Federal que o militar contribui com parcela dos seus vencimentos ou proventos para o Fundo de Saúde com vista à assistência médica e hospitalar para os seus dependentes. (fls. 810/812).

Análise:

26. Os fatos levantados pela CTCE reforçam a situação espelhada no processo de concessão da indenização, isto é, que o militar beneficiado não demonstrou efetivamente a fixação de residência na localidade indicada.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

e-DOC EE84A745

Fl Proc 27990/2007

Proc.: 27.990/07

Rubrica

27. A afirmativa de o militar possuir como domicílio necessário o lugar onde serviu (art. 76, parágrafo único, do CC2), em nada muda a situação aqui examinada. As normas que regiam, à época, a concessão do benefício exigiam que para o recebimento da indenização de transporte deveria ocorrer a mudança de domicílio, entendido como o domicílio voluntário, até porque não poderia a lei exigir a alteração do domicílio necessário, porque este se dá em razão de disposição legal.

28. Nesse contexto, mesmo o domicílio necessário do militar do CBMDF sendo o DF, em nada altera o requisito fundamental para o regular recebimento da indenização de transporte, que é a fixação de residência na localidade indicada (domicílio voluntário). Desta forma, não merecem guarida as alegações apresentadas.

2 Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; **o do militar, onde servir**, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

Argumento:

29. Alega que não se pode associar a questão de um filho ou dependente do militar que eventualmente tenha se mantido matriculado na rede Pública de Ensino do DF ao fato de ele residir ou não no DF. Isto porque, em sendo a educação um direito de todos e dever da família e do estado (art. 227 da Constituição Federal) e sabendo-se que na busca de uma melhor educação e formação para os filhos, os pais os matriculariam nos estabelecimentos de ensino que melhor possam lhes proporcionar a formação/educação almejada. (fls. 812/813).

Análise:

30. Em nenhum momento foi colocada a impossibilidade de o militar poder escolher o local e a unidade educacional que melhor atendesse ao anseio de sua família. Mas o referido militar, ao requerer o benefício para transferência de domicílio e receber o valor da indenização, incluindo a mudança de sua mobília e passagens para si e seus 5 (cinco) dependentes, fl. 83 do Apenso nº 010.001.527/2006, indica que todos também mudariam para aquela cidade. Dessa forma, improvido o argumento.

Argumento:

31. Destaca que a lei de regência não impunha qualquer condição para deferir a verba indenizatória, exceto a de que o militar houvesse sido transferido para a inatividade mediante reserva remunerada ou reforma e que o pedido fosse efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a transferência para a inatividade e que preenchidos os requisitos legais. (fl. 813).

Análise:

32. Equivoca-se o recorrente. A Portaria nº 023/1995, que regulamentou o benefício de indenização de transporte, enumera condições que o militar deveria atender para comprovar a regularidade do benefício. No caso, a condição principal (conditio sine qua non) seria a comprovação da mudança efetiva de sua residência para a localidade indicada.

Argumento:

33. Aduz que a decisão de imputar responsabilidade ao recorrente baseou-se apenas em presunções calcadas em meros indícios insubsistentes tais como o fato de o beneficiário não haver transferido o registro do seu veículo para a cidade indicada; manter filho ou filha, dependentes, matriculados na rede de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

ensino público do Distrito Federal; haver o veículo sido multado no DF ou no entorno em datas próximas àquela da transferência do militar para a inatividade e recebimento da verba indenizatória; ou ainda, em razão de o militar encontrar-se residindo no Distrito Federal, em seu antigo endereço ou mesmo em outro que não aquele indicado que fixaria residência por ocasião do recebimento da indenização de transporte em questão. (fls. 813/814).

Análise:

34. Os fatos constatados pela CTCE, em conjunto com a inexistência de documentos probatórios nos autos, demonstram que não houve a mudança de domicílio.

Argumento:

35. Solicita o sobrestamento do processo em análise, em face do Tribunal haver autorizado, pela Decisão nº 2.752/2015 (Processo nº 29.315/2012), a constituição de autos apartados para realizar estudos especiais acerca da viabilidade jurídica de editar normativo específico sobre a possibilidade de dispensa de instauração de tomada de contas especial quando houver transcorrido lapso temporal superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente. (fls. 818/819).

Análise:

36. Entendemos que o pleito não merece ser acolhido, porquanto o fundamento trata de estudo de viabilidade jurídica, sem qualquer posicionamento definitivo do Tribunal. Portanto, não pode gerar qualquer repercussão nesta TCE.

Argumento:

37. Com relação ao fato de o militar beneficiário não haver permanecido por um considerável lapso temporal na cidade indicada e hoje encontrar-se residindo em local diferente daquele apontado, demonstra que já decorreu bastante tempo desde quando recebeu a verba indenizatória e, deste modo, é plenamente justificável que tenha optado por residir em uma outra localidade, exercitando, assim, o seu direito constitucional de ir e vir livremente, podendo, a qualquer tempo, fixar residência em qualquer parte do território nacional. (fls. 814/815).

38. Alega que, diferentemente do militar das Forças Armadas que em qualquer parte do território nacional que se encontrar tem seu domicílio, vez que são servidores federais, o domicílio do militar do DF é imutável, enquanto perdurar o vínculo funcional. É no Distrito Federal que o militar inativo do CBMDF tem o seu domicílio fiscal, tributário, eleitoral, e, por consequência, o seu domicílio civil; e a lei de regência, vigente à época da concessão da verba indenizatória, contrario sensu, não exigia ou determinava que o militar beneficiário da indenização de transporte devesse permanecer por qualquer tempo na cidade indicada que fixaria residência. (fl. 815).

39. Destaca que o militar não estava obrigado a desterrar do Distrito Federal, ou ser banido e assim nunca mais poder voltar. Ele poderia, a qualquer tempo, mudar-se de lá e até mesmo regressar para o Distrito Federal e aqui permanecer. (fl. 815).

40. Alega que os documentos antes apresentados revelam a efetiva mudança de domicílio e que voltou ao Distrito Federal por ser constantemente intimado pelo TCDF e pelo Judiciário, fls. 817/818. Para demonstrar esse último fato, juntou aos autos a documentação de fls. 820/893.

*41. Ao final, requer a revisão das decisões anteriores, para julgar **regulares** as suas contas, ou **regulares com ressalva**, nos termos do art. 17, I e II, respectivamente, da Lei Complementar nº 1/1994, determinando o arquivamento dos autos por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento regular do processo. (fl. 819).*



Análise:

42. Quanto ao direito de ir e vir do militar, não se está a exigir, como de fato não o foi, que a sua mudança se desse de forma definitiva, pois, é livre a locomoção de qualquer pessoa dentro do território nacional (art. 5º, XV, da CF/1988).

43. Todavia, o recorrente, frise-se, ao ter solicitado a referida indenização, concordou em se submeter às condições legais, em especial, às dispostas na Portaria nº 023/1995, para recebimento do benefício (fl. 92 do Apenso nº 010.001.527/2006).

44. A mencionada Portaria exigia, por parte do beneficiário, a comprovação de domicílio em até 90 (noventa) dias e, ainda, estabelecia que o mesmo estaria sujeito à fiscalização da Corporação, que, pelo **prazo de 1 (um) ano**, poderia encaminhar até o local da residência declarada um militar para conferência, sob pena de medidas administrativas, disciplinares e judiciais. Todavia, o beneficiário não comprovou a situação exigida.

45. Vale lembrar o brocardo jurídico de que “*verba cum effectum, sunt accipienda*”, ou seja, não se presumem, na lei, palavras mortas ou inúteis. Portanto, a expressão “pelo prazo de 01 (um) ano” demonstra a intenção em definir um período mínimo de domicílio. Se assim não fosse, poderia o militar se “mudar” num dia para a localidade requerida e no dia seguinte retornar, com nítida intenção de somente receber a indenização de transporte, sem efetivamente ter o ânimo da efetiva mudança de domicílio.

46. Quanto à alegação de que se mudou e voltou ao Distrito Federal por ser constantemente intimado pelo TCDF e pelo Judiciário, a documentação apresentada não comprovou a efetiva mudança do militar e de seus dependentes para São Luís/MA. Assim, temos por improvidos os argumentos trazidos.

6. Por fim, a instrução sugere ao tribunal:

“Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário:

I. no mérito, negar provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 804/819 e anexos de fls. 820/893, mantendo-se, na íntegra, os termos da Decisão nº 2.214/2015 e dos Acórdãos nºs 269 e 270/2015;

II. em consequência, ordenar a notificação do recorrente identificado no § 47 desta Informação, acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para recolhimento aos cofres do GDF do débito que lhe fora atribuído neste processo, no valor de R\$ 110.335,22, atualizado em fevereiro/16, fl. 903, a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, nos termos da LC nº 435/2001 e da Emenda Regimental nº 13/2003;

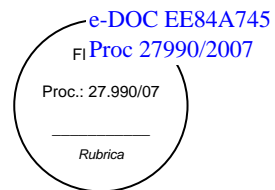
III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada. ”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

7. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 0484/2016-ML, fls. 916/927, da lavra do Procurador Marcos Felipe



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL



Pinheiro Lima, opina pelo acolhimento das proposições exaradas pela Unidade Técnica.

É o Relatório.



VOTO

8. A matéria tratada nestes autos refere-se à apuração de responsabilidade na percepção de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares do Corpo de Bombeiros Militar do DF – CBMDF, neste caso, do militar **Arnaldo Botelho Barbosa**.

9. Nesta fase processual, examina-se o mérito do Recurso de Reconsideração interposto pelo citado militar, cujas contas foram julgadas irregulares, com imputação de débito e aplicação da penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, consoante se verifica na Decisão n.º 2.214/2015, fl. 783, e nos Acórdãos n.º 269/2015 e n.º 270/2015, fls. 784/785.

10. Ao apreciarem o feito, a Unidade Técnica e o *Parquet* convergiram entendimento no sentido de negar provimento ao recurso interposto, considerando que o militar em questão não comprovou a transferência efetiva de domicílio.

11. Inicialmente, é *mister* frisar que o assunto em comento já foi exaustivamente debatido no âmbito deste Tribunal, restando pacificado *i)* a imprescindibilidade de o beneficiário comprovar a efetiva fixação de residência na cidade de destino, para fazer jus à indenização de transporte; *ii)* a não responsabilização dos Comandantes-Gerais e dos Diretores de Inativos, à época, em face da concessão da indenização de transporte aos militares que passaram à inatividade; *iii)* a imprescritibilidade de ações de ressarcimento de dano ao erário; *iv)* a incidência de juros de mora em face de conduta dolosa.

12. No que concerne às alegações suscitadas pelo recorrente, ressalto que todos os argumentos foram devidamente examinados tanto pelo Corpo Técnico quanto pelo MPJTCDF, não havendo qualquer ponto que mereça ser revisado ou acolhido pelo Pleno desta Corte.

13. Desse modo, acolho como razão de decidir os fundamentos exarados na Informação n.º 35/2016 – SECONT/1ªDICONTE e no Parecer n.º



0484/2016–ML, uma vez que o recorrente não incorporou aos autos elementos de convicção capazes de comprovar a efetiva fixação de residência na cidade de destino, condição *sine qua non* para a regular percepção da indenização de transporte.

14. Assim, considero que o Tribunal deve negar provimento, no mérito, ao Recurso de Reconsideração de fls. 804/819, mantendo-se, na íntegra, os termos da deliberação plenária recorrida. Deve o Tribunal, ainda, dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao interessado.

15. Ante o exposto, e em consonância com a Unidade Técnica e o Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. negue provimento ao Recurso de Reconsideração de fls. 804/819, mantendo íntegros os termos da Decisão n.º 2.214/2015, fl. 783, e dos Acórdãos n.º 269/2015 e n.º 270/2015, fls. 784/785, e notifique o recorrente para, em novo prazo de 30 dias, recolher aos cofres do GDF o débito que lhe fora imputado nos autos, no valor de R\$ 110.335, 22 (atualizado em 29/02/2016, fl. 903) a ser atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos da LC n.º 435/2001 e da Emenda Regimental n.º 13/2003;
- II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

Sala das Sessões, 2 de agosto de 2016.

MARCIO MICHEL
Conselheiro-Relator